



O Conceito de comunhão no Documento Final e os desafios para sua recepção na Igreja do Brasil ¹

Geraldo Luiz De Mori

Resumo: A 16ª Sessão Ordinária do Sínodo dos Bispos, concluída em outubro de 2024, teve como tema “Por uma Igreja Sinodal. Comunhão, Participação, Missão”. O Documento Final do Sínodo foi assumido pelo Papa Francisco como texto a ser implementado no conjunto da Igreja, conferindo ao membros do povo de Deus presentes nas duas Sessões do Sínodo o estatuto de magistério. O texto aqui proposto analisa um dos conceitos centrais do processo sinodal, o de Comunhão, mostrando o lugar que ele ocupa no Documento Final e os desafios de sua recepção no conjunto da Igreja do Brasil.

Palavras-Chave: Documento Final; Sínodo da Sinodalidade; Comunhão; Igreja

Abstract: The 16th Ordinary Session of the Synod of Bishops, which concluded in October 2024, had as its theme “For a Synodal Church: Communion, Participation, Mission.” The Final Document of the Synod was adopted by Pope Francis as a text to be implemented throughout the Church, conferring magisterial status on the members of the people of God present at the two Sessions of the Synod. The text proposed here analyzes one of the central concepts of the synodal process, that of Communion, showing the place it occupies in the Final Document and the challenges of its reception throughout the Church in Brazil.

Keywords: Final Document; Synod on Synodality; Communion; Church

INTRODUÇÃO

A XVI Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos, realizada entre 2021-2024, seguiu as normas previstas para um sínodo, como as definiu o Papa Francisco na Constituição Apostólica *Episcopalis communio*, em 2018: a etapa da escuta, a etapa do discernimento, a etapa da tomada de decisões, iniciando, após o final da 2ª Sessão e do anúncio do Papa de que o Documento Final é o documento a ser implementado, a etapa da recepção.

O caminho sinodal foi movido pela temática de fundo proposta: “Por uma Igreja sinodal. Comunhão, Participação, Missão”. Os três termos a partir dos quais é entendida a

¹ O texto retoma o conteúdo do Seminário proposto no primeiro dia do 9º Colóquio de Teologia e Pastoral. O tema do seminário é o mesmo título que presente artigo, a saber: “*O Conceito de comunhão no Documento Final e os desafios para sua recepção na Igreja do Brasil*”.

sinodalidade correspondem, segundo a proposta do 9º Colóquio de Teologia e Pastoral, organizado pelo Grupo de Pesquisa “Teologia e Pastoral”, da FAJE, a três eixos centrais do que o Concílio Vaticano II entendeu como sendo constitutivos da Igreja, presentes respectivamente na Constituição Dogmática *Lumen gentium*, na Constituição Pastoral *Gaudium et spes*, e no Decreto *Ad gentes*. O presente texto propõe uma análise do termo “comunhão” no Documento Final do Sínodo. Para isso, após uma breve apresentação das diversas etapas do caminho sinodal e dos documentos que os orientaram, propõe uma análise do conceito comunhão nos textos que guiaram o processo sinodal, com ênfase, sobretudo, no Documento Final do Sínodo, concluindo com uma reflexão de caráter geral sobre alguns desafios da recepção desse conceito no atual momento da Igreja do Brasil.

1 BREVE RETOMADA DO CAMINHO SINODAL

A XVIª Assembleia Ordinária do Sínodo dos Bispos foi convocada pelo Papa Francisco no dia 07/09/2021. A Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos (SGSB) publicou então o *Documento Preparatório da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos*, que tinha como título “Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão”, e o *Vademecum para o sínodo sobre a sinodalidade*. Os dois textos ofereciam elementos motivacionais sobre o conteúdo do Sínodo que estava sendo convocado, e elementos metodológicos, com informações sobre as diferentes etapas previstas, com ênfase para a primeira etapa, dedicada a uma ampla escuta a ser promovida nas Igrejas locais do mundo.

Tanto o Documento Preparatório quanto o Vademecum previam a abertura oficial do Sínodo, com uma celebração no dia 10/10/2025, em Roma, e no dia 17/10/2025, nas diferentes Igrejas locais. Entre a data da convocação do Sínodo e sua abertura oficial, cada Igreja local deveria criar uma Comissão Diocesana encarregada de acompanhar a etapa da escuta. O Documento Preparatório e o Vademecum propunham uma “questão fundamental” e dez núcleos temáticos a partir dos quais se fazer a escuta. A questão fundamental era: “Uma Igreja sinodal, ao anunciar o Evangelho, “caminha em conjunto”. Como é que este “caminho em conjunto” está a acontecer hoje na vossa Igreja local? Que passos é que o Espírito nos convida a dar para crescermos no nosso “caminhar juntos”? (DP 26). Os dez núcleos temáticos eram os seguintes: 1. Acompanhantes no caminho; 2. Escutar; 3. Falar; 4. Celebração; 5. Partilhar a responsabilidade pela nossa missão comum; 6. Diálogo na Igreja e na sociedade; 7. Ecumenismo; 8. Autoridade e participação; 9. Discernimento e decisão; 10. Formar-nos na sinodalidade (DP 30).

A primeira etapa do Sínodo, realizada em todas as circunscrições eclesiais, produziu uma síntese, que foi enviada às Conferências Episcopais de cada país. Prevista para ser realizada até maio, ela foi posteriormente prorrogada até junho, com a Síntese enviada até o final de julho de 2022. Em agosto, as comissões episcopais nacionais elaboraram a Síntese Nacional e a enviaram à SGSB. Em setembro a SGSB, com o auxílio de uma comissão composta por membros da própria Secretaria e outros convidados, elaborou o Documento para a Etapa Continental. Entre janeiro e março de 2023, foram realizados vários encontros continentais:

Ásia, Oceania, Igrejas Orientais, Europa, África, Estados Unidos e Canadá, América Latina, que organizou 4 encontros regionais (América Central e México, em El Salvador; Caribe, na República Dominicana; Zona Bolivariana, em Quito; Cone Sul, em Brasília), redigindo depois a Síntese Continental enviada à SGSB.

No início de 2023 a SGSB enviou às Igrejas locais uma nova consulta: “Como ser uma igreja sinodal em missão?”, que, por sua vez, deveria contemplar os seguintes temas: “O rosto sinodal missionário da Igreja local”; “O rosto sinodal missionário das agrupações de Igrejas”; “O rosto missionário sinodal da Igreja universal”; “O método sinodal”; “O lugar da Igreja sinodal na missão”. A resposta a essas questões e os relatórios da etapa continental, deram origem ao *Instrumentum Laboris*, publicado em 20/06/2023, a partir do qual foi realizada a Primeira Sessão, em outubro de 2023. O *Instrumentum Laboris* está organizado da seguinte maneira: Prefácio, no qual constam: O percurso feito até agora; Um instrumento de trabalho para a segunda fase do percurso sinodal; A estrutura do texto: A. Para uma Igreja Sinodal. Uma experiência integral, subdividido em duas seções: A.1. Os sinais característicos de uma Igreja sinodal; A.2. Um caminho para a Igreja sinodal: o diálogo no Espírito; B. Comunhão, missão, participação. Três questões prioritárias para a Igreja sinodal, com três seções: B.1. Uma comunhão que irradia. Como podemos ser mais plenamente sinal e instrumento da união com Deus e da unidade do gênero humno?; B. 2. Corresponsáveis na missão. Como partilhar dons e tarefas ao serviço do Evangelho? ; B. 3. Participação, responsabilidade e autoridade. Que processos, estruturas e instituições numa Igreja sinodal missionária? Aos temas da letra B, estavam associadas, na segunda parte, várias fichas, organizadas da seguinte maneira: Fichas para B.1. Uma comunhão que irradia; Fichas para B.2. Corresponsáveis na missão; B.3. Fichas para B.3. Participação, responsabilidade e autoridade². Uma novidade, tornada pública em julho de 2023, foi a convocação de leigos e leigas, religiosos e religiosas, diáconos e presbíteros, com direito a voz e voto num sínodo de bispos. Essa foi a primeira vez que esses representantes do Povo de Deus participaram de uma sessão sinodal nessa condição.

A Sessão aconteceu em outubro de 2023, com uma dinâmica que surpreendeu a todos, a das mesas ao redor das quais se estabeleu a “conversação no Espírito”. Essa dinâmica já tinha sido utilizada na etapa continental, mas apareceu como uma novidade pela midiatização a que se prestou. Os debates realizados deram origem a um Relatório de Síntese, organizado em três partes e 20 capítulos, que, por sua vez, seguiam a seguinte dinâmica: consensos sobre o tema em discussão; questões não consensuais; orientações. Os temas do Relatório foram os seguintes: I. O rosto da Igreja sinodal: 1. A sinodalidade: experiência e compreensão; 2. Reunidos e enviados pela Trindade; 3. Entrar numa comunidade de fé: a iniciação cristã; 4. Os pobres, protagonistas do caminho da Igreja; 5. Uma Igreja de “toda tribo, língua, povo e nação”; 6. Tradições das Igrejas Orientais e da Igreja latina; II. Todos discípulos, todos missionários: 8. A Igreja é missão; 9. A mulher na vida e na missão da Igreja; 10. A vida consagrada e as agregações laicais: um sinal carismático; 11. Diáconos e

2 Cf. Sumário do *Instrumentum Laboris*.

presbíteros em uma Igreja sinodal; 12. O bispo na comunhão eclesial; 13. O bispo de Roma no Colégio dos bispos; III. Tecer laços, construir comunidade: 14. Uma abordagem sinodal da formação. 15. Discernimento eclesial e questões abertas; 16. Por uma Igreja que escuta e acompanha; 17. Missionários no ambiente digital; 18. Organismos de participação; 19. Os reagrupamentos de Igreja na comunhão de toda a Igreja; 20. Sínodo dos bispos e Assembleia eclesial³. Após a realização da Primeira Sessão, o Papa Francisco escreveu, em fevereiro de 2024, uma carta ao Cardeal Grech, Secretário Geral do Sínodo, na qual fala de sua decisão de criar grupos de aprofundamento dos temas mais polêmicos debatidos no sínodo. Em março, os grupos foram constituídos, com seus componentes e responsáveis. Eles foram formados a partir dos seguintes temas: 1. Alguns aspectos referentes às relações entre as Igrejas orientais católicas e a Igreja latina; 2. A escuta do grito dos pobres; 3. A missão no espaço digital; 4. A revisão da *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis* em perspectiva sinodal e missionária. 5. Algumas questões teológicas e canônicas ao redor de formas ministeriais específicas; 6. A revisão, em perspectiva sinodal missionária, dos documentos sobre as relações entre bispos, vida consagrada, agregações laicais; 7. Alguns aspectos da figura e do ministério do Bispo (em particular: os critérios de seleção dos candidatos ao episcopado, a função judicial do Bispo, a natureza e o desenvolvimento das visitas *ad limina Apostolorum*) em uma perspectiva sinodal missionária; 8. O papel dos representantes pontifícios na perspectiva sinodal missionária; 9. Critérios teológicos e metodologias sinodais para um discernimento compartilhado de questões doutrinárias, pastorais e éticas controvertidas; 10. A recepção dos frutos do caminho ecumênico na práxis eclesial⁴.

Em julho de 2024 a SGSB publicou o *Instrumentum Laboris* da Segunda Sessão, com a seguinte organização: **Introdução**, com os seguintes tópicos: Três anos de caminho; Um instrumento de trabalho para a Segunda Sessão; **Fundamentos**, com os seguintes tópicos: A Igreja Povo de Deus, sacramento de unidade; O significado partilhado de sinodalidade; A unidade como harmonia nas diferenças; Irmãs e irmãos em Cristo: uma reciprocidade renovada; Chamada à conversão e à reforma; **Parte I. Relações**, com os seguintes tópicos: Em Cristo e no Espírito: a iniciação cristã; Para o Povo de Deus: carismas e ministérios; Com os Ministros ordenados: ao serviço da harmonia; Entre as Igrejas e no mundo: o concreto da comunhão; **Parte II. Percursos**, com os seguintes tópicos: Uma formação integral e partilhada; O discernimento eclesial para missão; A articulação dos processos decisórios; Transparência, prestação de contas, avaliação; **Parte III. Lugares**, com os seguintes tópicos: Territórios para caminhar juntos; As Igrejas locais na Igreja Católica única e una; Os laços que dão forma à unidade da Igreja; O serviço do Bispo de Roma em prol da unidade; **Conclusão**. A Igreja sinodal no mundo⁵.

Em outubro foi então realizada a segunda sessão, que chegou a alguns consensos, que se encontram na estrutura do Documento Final, que possui a seguinte estrutura: Introdução;

3 Cf. Sumário, *Instrumentum Laboris*.

4 Cf. Carta do Papa e Documento da SGSB.

5 Cf. SGSB. Sumário do *Instrumentum laboris* da Segunda sessão.

Parte I. O coração da sinodalidade: Chamados pelo Espírito Santo à conversão, com os seguintes tópicos: A Igreja povo de Deus, sacramento de unidade; As raízes sacramentais do povo de Deus; Significado e dimensões da sinodalidade; A unidade como harmonia; A espiritualidade sinodal; A sinodalidade como profecia social; Parte II. No barco, juntos. A conversão das relações, com os seguintes tópicos: Novas relações; Em uma pluralidade de contextos; Carismas, vocações e ministérios para a missão; O ministério ordenado a serviço da harmonia; O ministério do bispo: compor em unidade os dons do Espírito; Com o bispo: presbíteros e diáconos; A colaboração entre os ministros ordenados na Igreja sinodal; Juntos pela missão; Parte III. “Lançai a rede”. A conversão dos processos, com os seguintes tópicos: O discernimento eclesial para a missão; A articulação dos processos de decisão; Transparência, prestação de contas, avaliação; Sinodalidade e organismos de participação; Parte IV. Uma pesca abundante. A conversão dos vínculos, articulada ao redor dos seguintes tópicos: Enraizados e peregrinos; Intercâmbio de dons; Vínculos para a unidade: Conferências Episcopais e Assembleias eclesiais; O serviço do Bispo de Roma; Parte V. “Também eu vos envio”. Formar um povo de discípulos missionários; Conclusão. Um banquete para todos os povos.

Após o final do Sínodo, o Papa Francisco publicou, em 24/11/2024, uma nota de acompanhamento ao Documento Final. Em 15/03/2025 o Cardeal Grech enviou, por sua vez, uma Carta sobre o processo de acompanhamento da fase de implementação do sínodo.

2 O TERMO COMUNHÃO NA XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS

Os diferentes textos que serviram de subsídio para o processo sinodal possuem várias ocorrências do termo “comunhão”. Assim: no Documento Preparatório, há 12 ocorrências, dentre as quais uma como título; no *Documento da Etapa Continental*, há 17 ocorrências, duas delas como subtítulos; no *Instrumentum Laboris* da Primeira Sessão, 56 ocorrências, 14 delas como títulos, subtítulos, perguntas e na bibliografia; no *Relatório de Síntese* da Primeira Sessão, o termo aparece 39 vezes, 4 como títulos e subtítulos; no *Instrumentum Laboris* da Segunda Sessão, há 47 ocorrências, 2 delas como títulos e subtítulos; no *Documento Final*, o termo aparece 54 vezes, uma delas como título. A seguir serão apresentados os significados são dados a esse termo no Documento Final.

A primeira ocorrência é a do **título geral do Sínodo**, no qual o termo aparece pela primeira vez. Na **Nota de acompanhamento**, proposta pelo Papa Francisco, se diz que o Documento Final recolhe o caminho feito, no qual a Igreja, deixando-se iluminar pelo Espírito Santo, foi chamada a ler a sua própria experiência e a identificar os passos a dar para viver a comunhão. Em seguida, na **Introdução**, evoca-se o tema geral do Sínodo (DF, 3); se afirma que uma das formas de pecado existentes no seio da Igreja é o que atenta contra a comunhão. O texto sublinha então que o amor misericordioso de Deus, que faz com que a dureza dos corações seja superada, é o que abre à comunhão (DF, 6).

Na **Parte I**. “O coração da Sinodalidade. Chamados pelo Espírito Santo à conversão”, no subtópico “**A Igreja povo de Deus, sacramento de unidade**”, se afirma que o “povo de Deus a caminho do Reino é continuamente alimentado pela Eucaristia, fonte de comunhão e unidade” (DF, 16). O texto afirma que o processo sinodal levou a Igreja a experimentar o “prazer espiritual” de ser povo de Deus, constituído de muitos tipos de pessoas, que este povo é peregrino e já vive em comunhão com a Igreja do céu (DF, 17). O texto diz ainda que “no santo Povo de Deus, que é a Igreja, a comunhão dos Fiéis (*communio Fidelium*) é ao mesmo tempo a comunhão das Igrejas (*communio Ecclesiarum*), que se manifesta na comunhão dos Bispos (*communio Episcoporum*), em virtude do antiquíssimo princípio de que “o Bispo está na Igreja a Igreja está no Bispo” (São Cipriano, Epístola 66, 8). Ao serviço desta comunhão multiforme, prossegue o texto, o Senhor colocou o apóstolo Pedro (cf. Mt 16,18) e os seus sucessores” (DF, 18). O texto lembra ainda que a vocação e o serviço profético da Igreja consistem em “testemunhar o projeto de Deus de unir a si toda a humanidade na liberdade e na comunhão” (DF, 20).

No subtópico “**As raízes sacramentais do povo de Deus**”, ao refletir sobre o batismo, o Documento Final afirma que o *sensus fidei* é o que torna possível a conaturalidade com as realidades divinas, que faz com que os crentes tenham a aptidão para captar intuitivamente o que é conforme à verdade da Revelação na comunhão da Igreja (DF, 22). Em seguida recorda que o batismo só é compreensível no âmbito da iniciação cristã, itinerário através do qual o Senhor, mediante o ministério da Igreja e o dom do Espírito, insere os fiéis na fé pascal e na comunhão trinitária e eclesial (DF, 24).

No subtópico seguinte, “**Significado e dimensões da sinodalidade**”, o Documento Final indica os três aspectos da vida da Igreja designados com o termo sinodalidade: estilo peculiar que qualifica a vida e a missão da Igreja, exprimindo a sua natureza como o caminhar juntos e o reunir-se em assembleia do povo de Deus convocada pelo Senhor Jesus na força do Espírito Santo para anunciar o Evangelho. Na vida ordinária deve exprimir-se no modo ordinário de viver e agir da Igreja, através da escuta comunitária da Palavra e da celebração da Eucaristia, da fraternidade da comunhão e da corresponsabilidade e participação de todo o povo de Deus. O segundo aspecto designado com o termo sinodalidade, remete às estruturas e processos eclesiais nos quais se exprime a natureza sinodal da Igreja em nível institucional. O terceiro designa o acontecer pontual de eventos sinodais em que a Igreja é convocada pela autoridade competente e segundo procedimentos específicos, sob a presidência dos bispos “em comunhão colegial e hierárquica com o Bispo de Roma” (DF, 30). O texto relembra a eclesiologia conciliar do Povo de Deus, na qual o conceito de “comunhão exprime a substância profunda do mistério e da missão da Igreja”, tendo na Eucaristia a expressão profunda do mistério e da missão da Igreja, que é a união com Deus Trindade e a unidade entre as pessoas humanas que se realiza em Cristo através do Espírito Santo. Neste contexto, se vive a sinodalidade de modo concreto e o ser comunhão da Igreja no caminhar juntos, na reunião em assembleia e na participação ativa de todos os seus membros na sua missão evangelizadora (DF, 31). Evoca-se ainda a autoridade dos pastores, como dom do Espírito de Cristo para o corpo da Igreja, ligados ao sacramento da ordem, que configura quem o recebe a Cristo

Cabeça, Pastor e Servo, e os coloca ao serviço do santo Povo de Deus para salvaguardar a apostolicidade do anúncio e promover a comunhão eclesial em todos os níveis (DF, 33).

O subtópico **“A unidade como harmonia”** afirma-se que a Igreja sempre foi uma pluralidade de povos e línguas, com vários ritos, vocações, carismas e ministérios, ao serviço da unidade comum. Põe-se também em evidência que a assembleia sinodal pediu que se prossiga o caminho do encontro, da compreensão recíproca e do intercâmbio de bens que alimentam a comunhão de uma Igreja de Igrejas (DF, 38). São valorizados também os contextos nos quais se encontra a Igreja e a diversidade dos membros que a compõem nesses contextos. Afirma-se que as relações, o “estar com”, é a chave para crescer como Igreja sinodal missionária. O tema da unidade dos cristãos é tratado, através da afirmação de que ela se dá em virtude do batismo comum e em resposta ao apelo a viver juntos a comunhão, a unidade dos discípulos, pelas quais Cristo rezou na Última Ceia. O texto evoca a presença de delegados fraternos no Sínodo e manifesta a esperança de próximos passos para a plena comunhão (DF, 40). Nos subtópicos **“A espiritualidade sinodal”** e **“A sinodalidade como profecia social”**, não se encontra a presença do termo.

Na **Parte II**. “No Barco, juntos. A conversão das relações”, no subtópico **“Novas relações”**, evoca-se o apelo emergido no processo sinodal de alimentar novas relações. Quando “nossas relações, mesmo na sua fragilidade, deixam transparecer a graça de Cristo, o amor do Pai e a comunhão do Espírito, confessamos com a vida a fé em Deus Trindade” (DF, 50). No subtópico **“Numa pluralidade de contextos”**, o termo não aparece; tampouco no subtópico **“Carismas, vocações e ministérios para a missão”**. No subtópico **“O ministério ordenado ao serviço da harmonia”**, no número dedicado ao ministério do bispo, sublinha-se que sua função é a de presidir uma Igreja local, como princípio visível de unidade no seu interior e vínculo de comunhão com todas as Igrejas (DF 69). No final destemismo número diz que “ao fazer isto, ele realiza aquilo que é mais próprio e específico de sua missão no contexto da solicitude pela comunhão das Igrejas”. No subtópico **“Juntos pela missão”**, num número dedicado aos ministérios não instituídos, recora-se, em particular, o ministério extraordinário da comunhão (DF, 76).

Na **Parte III**. “Lançai a rede. A conversão dos processos”, no subtópico **“O discernimento eclesial para a missão”**, que trata do discernimento eclesial, afirma-se que o discernimento é ao mesmo tempo condição e expressão privilegiada da sinodalidade, “na qual se vive juntos a comunhão, a missão e a participação” (DF, 82). No subtópico **“A articulação dos processos de decisão”**, no dedicado aos processos de consulta, observa-se que, “nos diversos modos em que é exercida, está sempre ao serviço da comunhão e do acolhimento da verdade de Cristo” (DF, 91). Observa-se ainda que, uma vez feita a consulta nos processos de decisão e tomada a decisão, todos, “em virtude do vínculo de comunhão que une os batizados, são obrigados a respeitá-la e pô-la em prática” (DF, 93, c). Nos subtópicos **“Transparência, prestação de contas e avaliação”** e **“Sinodalidade e organismos de participação”**, não há a presença do termo comunhão.

Na **Parte IV**. “Uma pesca abundante. A conversão dos vínculos”, ao evocar o tema da pesca, citado no início da Parte IV, se afirma que a Igreja sinodal é “feita de laços que se unem na comunhão e de espaços para a variedade de cada povo e cada cultura”. Segue-se, no mesmo número, a afirmação de que num tempo em que mudam os lugares onde a Igreja está radicada e peregrina, é necessário cultivar de novas formas o intercâmbio de dons e o entrelaçamento dos laços que nos unem, apoiados pelo ministério dos bispos em comunhão entre si e com o Bispo de Roma” (DF, 109). No subtópico **“Ensaizados e peregrinos”**, ao afirmar o enraizamento da Igreja num lugar, diz que a “comunhão das Igrejas manifesta a comunhão dos fiéis no seio da Igreja” (DF, 110). Também se propõe a associação entre lugar e “casa”, quando se diz, que “nosso compromisso, sustentado pelo Espírito, é fazer com que a Igreja seja percebida como casa acolhedora, sacramento de encontro e de salvação, escola de comunhão para todos os filhos e filhas de Deus” (DF, 115). Recorda-se ainda que a “Igreja local, entendida como Diocese ou Eparquia, é o âmbito fundamental no qual a comunhão em Cristo nos batizados se manifesta de modo mais pleno” (DF, 116). No subtópico **“Intercâmbio de dons”**, ao evocar o intercâmbio de dons, lembra que a Igreja “Constituída em Cristo como Povo de Deus por todos os povos da terra e dinamicamente articulada na comunhão das Igrejas locais, dos seus agrupamentos, das Igrejas *sui iuris* no seio da Igreja una e católica”, vive a sua missão favorecendo e acolhendo as qualidades, riquezas, costumes e modo de ser dos povos, assumindo-os, purificando-os, fortalecendo-os e lavando-os (DF, 120). No subtópico **“Vínculos para a unidade: Conferências episcopais e Assembleias Eclesiais”**, se nota que “o horizonte da comunhão no intercâmbio de dons é o critério inspirador das relações entre as Igrejas” (DF, 124), e que as Conferências episcopais exprimem e realizam a colegialidade dos Bispos para favorecer a comunhão entre as Igrejas e responder à necessidades da vida pastoral” (DF, 125). No subtópico **“O serviço do bispo de Roma”**, se afirma, no contexto do diálogo entre as Igrejas orientais e a Igreja de Roma, como “Igrejas *sui iuris* em plena comunhão com o Bispo de Roma, elas conservam a sua identidade oriental e a sua autonomia”. Propõe-se ainda a necessidade de revisitar a história e curar as feridas do passado e aprofundar as formas de viver a comunhão” (DF, 132). Propõe-se também a criação de um Conselho de Patriarcas, Arcebispos Maiores e Metropolitas das Igrejas Orientais católicas para “promover a comunhão e a partilha do patrimônio litúrgico, teológico, canônico e espiritual” (DF, 133). O Documento aborda também o exercício do ministério petrino em chave sinodal, afirmando que é preciso proceder a uma “salutar descentralização”, lembrando que a Constituição Apostólica *Praedicate Evangelium* já prevê deixar à competência dos Pastores a faculdade de resolver as questões que eles conhecem bem e que não tocam a unidade da doutrina, da disciplina e da “comunhão da Igreja”. Fala-se da possibilidade de se avançar na reflexão sobre assuntos reservados ao Papa, com base na “dinâmica eclesial da comunhão” (DF, 134). Aborda-se ainda o papel da Cúria romana, dos Representantes Pontifícios, das visitas *ad limina Apostolorum*, evocando ainda a importância de se favorecer o conhecimento recíproco e os laços de comunhão entre os membros do Colégio Cardinalício, tendo em conta a diversidade de origem e de cultura (DF, 135). O exercício do Primado, na perspectiva do diálogo ecumênico, é também tratado, sublinhando a importância de se procurar um modelo de unidade baseado numa “eclesiologia de comunhão” (DF, 137). Evoca-se, no n. 138,

a riqueza da participação dos Delegados Fraternos e da proposta de se realizar um sínodo ecumênico sobre a evangelização. A raiz dessa possibilidade, afirma o texto, é “a união no único batismo, do qual brota a identidade do Povo de Deus e o dinamismo de comunhão, participação e missão”.

A **Parte V**. “Também eu vos envio”. Formar um povo de discípulos missionários”, que trata da formação, recorda que na história de cada um há o encontro com muitas pessoas e grupos ou pequenas comunidades que contribuíram para introduzir “na relação com o Senhor e na comunhão da Igreja”. Recorda ainda o “dom da comunhão, da missão e da participação, os três eixos portadores da sinodalidade, que se realiza e se renova em cada Eucaristia (DF, 142). Fala-se a necessidade de formação sinodal partilhada para todos os batizados, como horizonte para se compreender e praticar a formação específica necessária para os ministérios e para as diversas formas de vida. Para que isso aconteça é necessário que ela se realize como intercâmbio de dons entre vocações diversas (comunhão), na ótica de um serviço a ser realizado (missão) e num estilo de envolvimento e de educação à corresponsabilidade diferenciada (participação) (DF, 147).

A **Conclusão**. “Um banquete para todos os povos”, recorda o convite de Jo 21,9.12.13, e afirma que o Ressuscitado abre de novo o espaço da comunhão e imprime para sempre nos discípulos a marca de uma misericórdia que se abre ao futuro (DF, 152). Ainda comentando as comidas que o Ressuscitado realizou com os discípulos, lembra que elas são símbolo de convívio e comunhão (DF, 153), que é preciso caminhar em estilo sinodal, no entrelaçamento de vocações, carismas e ministérios, indo ao encontro de todos para levar a alegria do Evangelho, para assim viver a “comunhão que salva” (DF, 154).

Como anexos ao Documento Final, aparece, o Discurso Geral do Papa Francisco, no qual evoca os 60 anos de criação do Sínodo dos Bispos, que, segundo o Pontífice, se tornou um espaço privilegiado de ajuda eficaz para o Bispo de Roma no seu serviço à comunhão de todas as Igrejas e da Igreja inteira. O discurso segue recordando a convocação da XVI Assembleia Geral do Sínodo, que, diz o Papa, é um serviço para evitar o perigo de uma ruptura da comunhão, colocando a hierarquia contra os fiéis leigos.

Como se pode verificar em todas essas 54 ocorrências do termo “comunhão” do Documento Final, percebem-se os seguintes significados do termo: (1) Dimensão mais teológica e fundamental, remetendo, por um lado, à comunhão trinitária, à comunhão entre os seres humanos, como sinal e sacramento da unidade da humanidade, e, por outro, à experiência dos sacramentos do batismo e da eucaristia; (2) Comunhão na Igreja, entre os fiéis, entre fiéis e pastores (bispos, padres); (3) Comunhão entre as igrejas (no seio da Igreja, entre a Igreja católica e as Igrejas Orientais, entre a Igreja católica e as Igrejas oriundas da Reforma); (4) Processos realizados e ministérios; (5) Tema geral do sínodo.

3 DESAFIOS PARA A RECEPÇÃO DO CONCEITO DE COMUNHÃO NA IGREJA DO BRASIL

O mundo vive há algum tempo um processo de polarização social, política, cultural e religiosa crescente, que o Papa Francisco, na Encíclica *Fratelli tutti* classificou de “terceira guerra mundial por pedaços” (FT, 25). Na linguagem comum, muitos classificam a cultura atual como a das “bolhas”, com novas formas de sociabilidade, muitas delas determinada pela lógica das redes sociais, fundadas na superficialidade, na atualidade, na ausência de interesse pela verdade. Alguns falam de época da “pós-verdade”. Em parte, tudo isso é o desdobramento do processo de fragmentação iniciado com o que muitos sociólogos e filósofos têm classificado de hiper ou pós-modernidade (cf. LYOTARD), modernidade tardia (cf. HABERMAS), sociedade líquida (cf. BALMAN).

A fragmentação, em parte, é o resultado da crise ou do “fim” dos “metarrelatos”, ou das “grandes narrativas”. Por um lado, essa crise ou esse fim tem um aspecto positivo, pois faz emergir as “pequenas narrativas” das diferenças, que, em geral, foram pouco reconhecidas, marginalizadas, desprezadas e perseguidas no processo que deu origem ao mundo moderno. O positivo da irrupção das diferenças não é, porém, isento de ambiguidades. Uma delas é o fechamento na própria narrativa, em afirmações identitárias pouco receptivas das demais narrativas e identidades, postulando-se como a única verdadeira, mais digna ou eticamente mais defensável. Nesse sentido, o apelo ao reconhecimento das diferenças é uma das bandeiras que caracteriza o pensamento da alteridade, identificado por várias teorias como mais liberal ou esquerdista. Por outro lado, essa enorme quantidade de narrativas numa sociedade “líquida” levanta também a questão de como pensar e organizar a própria existência e identidade nesse novo contexto. Muitos se sentem perdidos e, em certas situações, ameaçados, e tendem a se afirmar nas narrativas identificadas por vários teóricos como “conservadoras” ou de “direita”, no espectro político, muitas vezes tendendo ao fundamentalismo epistemológico, ético.

As “guerras de narrativas” emergem então a todo o momento, tanto no âmbito social, quanto cultural e religioso. Nos últimos anos, alguns grupos começam a colocar em dúvida experiências do passado que pareciam nunca mais serem capazes de serem defendidas, como a de grupos de extrema direita, no campo da política. Esses grupos têm se articulado há alguns anos, com tentáculos em todos os continentes e em muitos países. O Brasil se revelou um “laboratório” impressionante de construção dessa “guerra”. Inicialmente minoritários, os grupos de extrema direita ganharam força mesmo em países tidos como referência na defesa da democracia, como é o caso dos Estados Unidos, da França, dentre outros. E para respaldar a própria narrativa, também recorrem à religião.

Em parte, a Encíclica *Fratelli tutti*, com a ideia da “fraternidade e da amizade social”, buscou oferecer uma resposta a esse tipo de “lógica” perversa que estava cada vez mais ganhando espaço no mundo a partir de 2011. Para se chegar à fraternidade e à amizade social, no âmbito interno da Igreja, o Papa Francisco propôs o caminho sinodal, que é justamente o que valoriza o caminhar juntos, reconhecendo-se irmãos e irmãs, oferecendo a experiência

da fé e do ser Igreja como “sinal e sacramento” de que é possível uma vida com os diversos que compõem o corpo eclesial marcada pela escuta, pelo respeito do outro, buscando o diálogo, a concórdia, a acolhida, o reconhecimento mútuo, deixando-se enriquecer pelo que cada diferença tem de único, que enriquece a todos.

O tema da “comunhão”, que é um dos temas que aparece no tema geral da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, tem em vista justamente isso: tornar a Igreja um “sacramento”, ou seja um sinal (instrumento, mediação) credível de uma unidade poliédrica, que não suprime as diferenças, mas a tornam fonte de enriquecimento.

Se o tema da sinodalidade teve dificuldades para ser entendido e acolhido no corpo da Igreja, desde que foi proposto, o mesmo se dá com o tema da comunhão. A Igreja, que sempre teve tendências e correntes espirituais, pastorais, eclesiais e teológicas diferentes, conheceu nos últimos anos, em parte sob influência da polarização das sociedades, um processo parecido de polarização. As diferenças foram vistas por muitos fiéis como auto-excludentes, e a polarização externa inseriu-se no seio do corpo eclesial.

No Brasil, a oposição entre “conservadores” e “progressistas” marcou, desde o início, a recepção do Concílio Vaticano II, tendo origens mais antigas, que já atravessavam o corpo eclesial desde o final do século XIX, entre a visão que se tornou hegemônica, a do catolicismo intransigente e anti-moderno, e a visão mais aberta, que buscava o diálogo. No período pós-conciliar, as oposições se reagruparam ao redor dos termos “conservador” ou “tradicional” e “progressista” ou “libertador”. As duas posturas nunca chegaram, porém, a colocar em dúvida os principais documentos e consensos do Vaticano II. Nos últimos anos, Contudo, o que Libanio chamava de 5 “cenários de Igreja” (instituição, palavra, carismática, práxis libertadora e fragmentado pós-moderno), deu origem a um sexto cenário, o tradicionalista. Embora presente com certa força em vários países europeus e nos Estados Unidos, esse “cenário” nunca chegou a ter importância e força no conjunto da Igreja do Brasil. A partir da cisão ocorrida no final da década de 1990 na TFP (Tradição, Família, Propriedade), com a criação dos Arazos do Evangelho, e da ascensão de “pregadores” e “influenciadores” nas novas mídias, com um caráter mais doutrinal e alinhado com a perspectiva de grupos de extrema direita, uma mudança significativa passou a ser percebida. Com a criação do Centro Dom Bosco, abertamente alinhado com o tradicionalismo católico anti-Vaticano II, iniciou-se uma campanha forte contra as leituras mais progressistas da fé católica, dando origem a críticas abertas ao Papa Francisco, à CNBB, assumindo a perspectiva chamada de sedevacantista. A presença desses grupos e sua influência no conjunto dos fiéis, alinhadas à ideologia da extrema direita fizeram com que a oposição sadia do período pós-conciliar se tornasse polarização, com campanhas fortes nas novas mídias sociais e em canais de inspiração católica, dificultando e ameaçando a comunhão no conjunto do corpo eclesial do Brasil.

Falar de comunhão neste contexto é ao mesmo tempo um desafio e uma tarefa. Desafio porque muitas pessoas ligadas a tais grupos não estão abertas ao diálogo e promovem não

a comunhão, mas a divisão na e da Igreja. Tarefa porque os/as discípulos/as de Cristo são chamados à comunhão e à unidade, pois só assim serão, de fato, “sacramento” de uma união dos diferentes que mostre que é possível ser enriquecido e fecundado mutuamente por aquilo que cada um traz de único, em benefício de todos.

REFERÊNCIAS

BALMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. Sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulinas, 2020.

HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

LIBANIO, J. B. *Cenários de Igreja*. Num mundo plural e fragmentado. São Paulo: Loyola, 5ª Ed., 2012.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Documento preparatório da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos*. Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão. Roma: Sala Stampa Della Santa Sede. Bollettino, 2021. Disponível: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2021/09/07/0540/01156.html#PORTOGHESEOK> Acesso: 30/04/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Vademecum para o sínodo sobre a sinodalidade*. Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão. Roma: SGSB, 2021. Disponível: https://www.synod.va/content/dam/synod/common/vademecum/pt_vade.pdf Acesso: 30/04/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. “*Alarga o espaço da tua tenda*” (Is 54,2). *Documentno de trabalho para a etapa continental*. Roma: Roma: SGSB. Disponível: <https://www.synod.va/content/dam/synod/common/phases/continental-stage/dcs/20221025-POR-DTC-FINAL-OK.pdf> Acesso: 30/04/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Instrumentum laboris para a primeira sessão*. Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão. Roma: SGSB. Disponível: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2023/06/20/0456/01015.html#po> Acesso: 01/05/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Relatório de Síntese da primeira Sessão da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos*. Roma: SGSB. Disponível: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2023/10/28/0751/01653.html> Acesso: 01/05/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Carta do Santo Padre ao Em Cardeal Mario Grech*. Roma: SGSB. Disponível: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2024/03/14/0213/00455.html#po> Acesso: 02/05/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Documento della Segreteria Generale Del Sinodo: “Come essere Chiesa sinodale in missione? Cinque prospettive da approfondire teologicamente in vista della Seconda Sessione della XVI Assembleia Generale Ordinaria del Sinodo dei Vescovi*. Roma: SGSB. Disponível: https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2024/03/14/0212/00453.html#es_prime Acesso: 04/05/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Instrumentum laboris para a segunda sessão*. Como ser Igreja sinodal missionária. Roma: SGSB, 2025. Disponível: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2024/07/09/0560/01156.html#po> Acesso: 09/07/2025.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Documento Final*. Por uma Igreja sinodal. Comunhão, participação, missão. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2025.

Texto submetido dia 30/10/2025 e aprovado dia 30/11/2025

Geraldo Luiz De Mori: Jesuíta, teólogo, com graduação em filosofia e teologia pelo Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (instituição eclesiástica que deu origem, do ponto de vista civil, à Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE). Mestre e doutor em teologia pelas Facultés Jésuites de Paris – Centre Sèvres, atual Facultés Loyola Paris; professor de teologia sistemática na FAJE; membro do Board de editores da revista *Concilium*, líder do Grupo de Pesquisa “As interfaces da antropologia na teologia contemporânea”, bolsista de produtividade do CNPq.

E-mail: geraldolm@faje.asav.org.br; Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6176-2063>

Endereço: Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 – CEP: 31.720-300 – Belo Horizonte, MG

Avaliador: Francisco das Chagas de Albuquerque

Editor: Geraldo Luiz De Mori